

ALMEIDA, José Luís Vieira da. *Tá na rua: representações da prática dos educadores de rua*. São Paulo: Xamã, 2001.

A ‘REPRESENTAÇÃO’ QUE ESTÁ NAS RUAS E NOS LIVROS

*José Rubens de Lima Jardimino**

*Doutor e mestre em Ciências Sociais (PUC-SP). Professor do Programa de Mestrado em Educação e Diretor do Departamento de Educação na UNINOVE.

Tá na rua é um título bastante simples para uma obra tão substancial (naturalmente não em volume, mas em conteúdo) como é o livro de José Luís Vieira de Almeida, que temos a honra de resenhar. Embora o título se revele mais mercadológico do que referencial, a obra denota uma envergadura conceitual já esperada por nós, amigos do autor.

O presente livro, publicado com base em sua tese de doutoramento, defendida em 1997, na Faculdade de Educação da USP, representa um esforço teórico de grande magnitude (hoje quase em desuso na dinastia das metodologias empiristas na pesquisa educacional), como bem percebeu o seu prefaciador, ao afirmar que

a tese de José Luís apresenta, de um lado, a sofisticação teórica do autor; do outro, a simplicidade das representações dos educadores de rua abordados. De fato, José Luís constrói seus instrumentos de abordagem do tema a partir da combinação da refinada ‘teoria das representações’ de Henri Lefebvre, com a mais sofisticada

ainda ‘teoria das mediações’, de István Mészáros, revisando, neste último caso, o conceito de mediação em Hegel, Marx Lukács e Mészáros. (p. 12)

Ao publicar esse livro, o autor mostra que, em que pese a avidez do mercado editorial por pesquisas com larga medição estatística e/ou temas de ocasião, ainda temos espaço não só para realizar pesquisas com envergadura teórica, mas também para publicá-las. Parabenizamos a Editora Xamã pela investida.

O texto está estruturado em quatro capítulos, nos quais o autor exercita sua acuidade teórico-intelectual e demonstra sua preocupação investigativa com temas do cotidiano, que, pela exploração midiática, se tornaram carnavalizados. A obra é, para as Ciências da Educação, muito oportuna, embora para o leitor principiante na matéria represente uma longa travessia.

Nos dois primeiros capítulos, José Luís se debruça sobre as questões teóricas da representação e da mediação, analisando estes constructos teóricos pelo viés da Filosofia. A representação é trabalhada

através das lentes de Henri Lefebvre, e a mediação, pela linhagem do pensamento marxista, passando por Hegel, Marx e Lukács, e chegando a István Mészáros. Sua análise acerca da mediação sustenta-se nas três categorias propostas por Lukács – generalidade, particularidade e singularidade.

No terceiro capítulo, o autor expõe suas categorias de análise, identificando as representações das quais os seus sujeitos de pesquisa – os educadores de rua – lançam mão para compreender a problemática dos meninos e meninas de rua e a ação educativa de que são agentes.

Por fim, no quarto capítulo, o autor retoma as representações identificadas no capítulo anterior e, com propriedade, analisa-as à luz da teoria das representações de Lefebvre para propô-las como mediações de segunda ordem.

Ao aportamos nas conclusões do autor, estamos de acordo com ele, quando afirma que seu trabalho está assentado numa visão ontológica, em que o fio condutor das interpretações recai sobre as representações dos educadores de rua, a partir de uma certa herança marxista, bem ao gosto das idéias de universalidade, para as quais há uma realidade previamente definida. José Luís conclui que as representações dos Educadores de Rua são, na verdade, ideologia dominante (apresentam idéias que não expressam o real, e sim a aparência social, uma ima-

gem das coisas, dos homens). Vejamos o parágrafo final de suas conclusões:

... as representações [dos educadores de rua] se prestam à manutenção das relações sociais vigentes e são tanto mais eficientes no desempenho desta atribuição quanto maior for a sua aparente criticidade. (p. 151)

Embora devamos afirmar que, na linha teórica que se propôs, a análise de José Luís apresenta-se suficientemente sólida, cabe dialogar com ele a partir das interpretações que nos oferece e também de algumas deficiências conceituais que se apresentam no item Conclusão. Começamos com a idéia de que

meninos e meninas de rua [enquanto categoria] não existem, ao menos do ponto de vista histórico-social, pois eles são crianças em circulação como milhares de outras crianças e adolescentes aos quais se igualam. (p. 148)

Ora, nessa conclusão, o autor trabalha o conceito de representação como distorção da realidade: meninos e meninas de rua são representação distorcida da realidade – alguns milhares de crianças em circulação na cidade. De acordo com o autor, essa categoria nada mais é que uma representação que os próprios educadores de rua têm desses sujeitos. Numa visão althusseriana, no entanto, diríamos

que a ideologia não é a representação das condições reais da existência do indivíduo, mas a representação da sua relação com essas condições. A deformação do mundo real que sustenta a ideologia é alcançada a partir dessa relação e não das condições reais de existência. Neste caso, entendemos que a categoria ‘meninos e meninas de rua é, na verdade, uma reprodução fiel (real) das condições sociais e políticas a que estão submetidos milhões de crianças e adolescentes em trânsito na cidade. Assim, pela representação dos educadores de rua, ao invés de ocultarem a realidade, como parece propor o professor, mostram-nos uma concepção da realidade que tem grande força na ação desses educadores. Perguntaríamos, pois, ao professor José Luís: não seria melhor ultrapassar a abordagem universalizante do pensamento marxista e entender a representação como efeito da realidade e resultado complexo de um processo de significação do que puramente ideologia?

Tomar a representação em apenas dois vieses, o da reprodução e o da ocultação da realidade, parece não dar conta da questão posta pelo próprio autor, especialmente a da cidadania. Com base na teoria do Estado Moderno, ele discute as representações que os educadores de rua têm daquilo que constitui a cidadania dos meninos e meninas de rua. Segundo o autor, a freqüente recorrência, no discurso

dos educadores de rua, sobre a conquista da cidadania dos meninos e meninas de rua, estabelece quase que uma equivalência entre cidadania e acesso aos serviços públicos, o que, em tese, é um direito do cidadão. Para o autor, os meninos e meninas de rua já são cidadãos, de acordo com a seguinte afirmação:

O cidadão não precisa reivindicá-la [a cidadania], pois ela é inerente à organização social que a adota como princípio e, por isto, é garantida a todos. Assim, não é preciso que se lute por ela. Não é o cidadão que reclama a sua cidadania; ao contrário, depois de instituída, a cidadania é quem o requer para realizar-se, como a base na qual se assentam os parâmetros que regulam as relações sociais, particularmente aqueles que envolvem a convivência e os interesses coletivos. (p. 128)

Aqui as categorias do autor são, na base da teoria do Estado Moderno, bastante claras. Refutamos, no entanto, sua consideração de que a cidadania requerida para os meninos e meninas de rua é uma representação dos educadores, pois isso implica relevar o fato de que, no atual estado de mal-estar social, há direitos constantemente negados a este público pelo Estado de Bem-Estar Social brasileiro (e mesmo pela sociedade); assim, a conquista da cidadania tem, para eles, um significado de luta para garantir o acesso a

esses direitos. *Mutatis mutandi*, poderíamos dizer também que o Estado brasileiro é um Estado democrático por princípio e que ficamos, na história recente, duas décadas (70 e 80) lutando para ‘conquistar’ alguns direitos fundantes deste Estado. Ter a garantia do estatuto jurídico dos direitos, por si só não basta: a democracia e os direitos a ela inerentes constituem uma luta constante na sociedade brasileira para torná-los verdadeiramente Diretos.

Então, mais uma vez, a tese de José Luís incorre na imprudência teórica de tomar o conceito universalizante de Estado, Cidadania, entre outros, como categorias fixas que não se dinamizam na realidade. Sua tese, embora brilhantemente conceitualizada, padece de contextualização na dinâmica da análise sociológica. Poderíamos até dizer que também ela é uma ‘representação’ – representação das categorias fixantes do mais puro teor universalizante, especialmente aquele herdado da visão marxista. Como bem propôs Ricouer em *Interpretação e ideologias* (1977: 67), precisamos ‘cruzar’ o marxismo, mais do que partir dele.

Por fim, a representação dos próprios educadores de rua, segundo o autor, só tem existência com a criação das categorias ‘meninos e meninas de rua’, que constituem realidades inseparáveis veiculadas por um discurso competente que visa à construção de uma especialidade – ‘educadores de

rua’. Novamente, a realidade ‘educador de rua’ é vista como algo distante da realidade ‘educador’:

... o principal interesse destes especialistas é o de se distinguirem dos demais educadores. Tal distinção permite que eles se apresentem como críticos das instituições educacionais, bem como das relações sociais nas quais elas estão inseridas. Na condição de críticos, eles podem se apresentar como capazes de propor e implementar inovações educacionais, baseadas nos preceitos da liberdade e da autonomia dos educandos, entre outros de igual teor. *Como os educadores de rua não desenvolveram a fundamentação teórica e histórica de tais preceitos, eles se reduzem a representações e, nesta condição, podem se adotados por projetos educacionais de diferentes matizes ideológicos.* (p. 150; grifos nossos)

Será possível reduzir a ação de educadores de rua a uma representação somente por não terem passado por uma formação específica, como sugere o autor? Expondo de outra maneira: a ação pedagógica destes não se vincula às recentes propostas de uma nova pedagogia nas mesmas condições que a requisitamos para nossa (os formados teórica e historicamente) própria ação pedagógica como dialógica, autônoma e emancipadora?

Como sabiamente escreveu o poeta

Drummond, “os lírios não nascem das leis”. Completaríamos: a realidade não nasce dos conceitos universalizantes. As representações das quais fala o professor estão escandalosamente revelando a REALIDADE na própria capa de seu livro. Talvez por serem imagens o autor entenda que não só é possível desvinculá-las da realidade, como também estabelecer a possibilidade de inverter a relação, fazendo com que a realidade concreta seja tida como representação dessas imagens e/ou idéias.

Para concluir, entendemos que o texto de José Luís Vieira de Almeida é uma obra de referência tanto para os que pretendem estudar as questões conceituais de representação e mediação quanto para

aqueles que desenvolvem pesquisas nas áreas de educação e movimentos sociais.

A relevância da obra está para além das críticas aqui expostas, e certamente deve fazer parte da biblioteca contemporânea dos estudos de educação no Brasil, por sua consistência teórica e linha metodológica de pesquisa.